

A GENEALOGIA COMO FERRAMENTA PARA PENSAR OS PROCESSOS DE IN/EXCLUSÃO NA ATUALIDADE ESCOLAR

GENEALOGY AS A TOOL TO THINK THE IN/EXCLUSION PROCESSES OF THE PRESENT SCHOOL

Kamila Lockmann^I
Paula Corrêa Henning^{II}

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir a inclusão escolar como uma Política Pública da atualidade. Para isso, apresentamos alguns fragmentos históricos que podem se constituir como condições de possibilidades para a emergência dos discursos atuais da inclusão escolar. A partir dos modelos da exclusão - lepra - e da inclusão - peste e varíola -, apresentados por Michel Foucault em alguns dos seus cursos, podemos perceber formas diferenciadas do exercício do poder na sociedade. A partir desses exemplos, problematizamos rastros de discursos educacionais sobre a inclusão/exclusão na atualidade. A análise de tais discursos nos possibilitou entender a inclusão como um mecanismo de controle que a sociedade de normalização coloca em funcionamento a partir da atuação do poder disciplinar e do biopoder. O discurso da Inclusão torna-se um projeto de proteção e ordem, como um projeto de defesa social, criando diferentes estratégias de gerenciamento/prevenção do risco causado pela anormalidade. Assim, a Inclusão, aproximando o anormal do convívio com os normais, torna-se mais um mecanismo de proteção em defesa da sociedade, em busca de um mundo onde todos tenham o *seu* lugar.

Palavras-chave: inclusão escolar, sociedade de normalização, genealogia.

Abstract

The article is intended to discuss school inclusion as a Public Policy of the present days. In order to do this we introduce some historical fragments that may be constituted as possibility conditions for the emergency of the current discourses of school inclusion. From the models of exclusion – leprosy - and inclusion – plague and variola – introduced by Michael Foucault in some of his courses, we can see differentiated forms of the practice of power in a society. From these examples, we problematize the education discourses of the present days. The analysis of such discourses has made it possible for us to understand inclusion as a mechanism of control that the normalization society puts into operation based on the performance of disciplinary power and bio-power. The Inclusion discourse becomes a protection and order project, like a social defense project, creating different strategies of management/prevention of the risk caused by abnormality. Consequently, Inclusion, approximating the abnormal to the conviviality with the normal ones, becomes another protection mechanism in defense of society, in the search of a world where everyone has *his/her* place.

Key words: school inclusion, normalization society, genealogy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma investigação que teve como objetivo analisar alguns fragmentos históricos desde a Idade Média, tentando identificar práticas de in/exclusão. Para isso, tomamos os exemplos da lepra, da peste e da varíola, desenvolvidos por Michel Foucault nos

Cursos de 1975 “Os anormais” e de 1978, “Segurança, Território e População”. A partir desses exemplos, problematizamos rastros de discursos sobre a in/exclusão na atualidade, a partir de alguns excertos de Projetos Políticos Pedagógicos de escolas públicas de Novo Hamburgo/RS.

Debruçando nosso olhar sobre a história, a partir de tais exemplos, percebemos que as práticas de in/exclusão não são nada recentes, e que já estavam presentes, desde a Idade Média, com a expulsão do leproso ou a inclusão do pestífero. Não queremos, com isso, destacar o

^I Pedagoga pela Universidade Feevale; Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.

^{II} Doutora em Educação pela Unisinos/RS. Pesquisadora e professora adjunta dos Programas de Pós-graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS.

ponto de origem das práticas de inclusão, como se elas tivessem nascido precisamente com esses exemplos, mas tentar olhá-las como condições de possibilidade para a emergência dos discursos sobre a inclusão na atualidade.

Escapando da origem primeira da história, Foucault nos convida a entendê-la como documentária, embaralhada, riscada, reescrita e, por isso mesmo, essa história, “exige paciência”. A história está aí não para cultivar e cultuar ídolos e deuses. Ao contrário, ela é uma das ferramentas para “rir da solenidade das origens” (FOUCAULT, 1979, p. 18). Desmontando uma história das origens, da Verdade, Nietzsche e Foucault nos ensinaram a olhar os acidentes, os percalços, os desvios, as recorrências e as dispersões dos acontecimentos. Uma história que diz muito de nós, dos nossos olhares sobre os objetos que criamos, das coisas que pensamos, das práticas que efetuamos. Por isso, chamamos esta história como do presente, da proveniência e da emergência. Uma história que pensa nas singularidades, nas dispersões, nos acidentes, “na singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona” (FOUCAULT, 1979, p.15).

Com a pretensão de provocar indagações acerca da inclusão, elaboramos este texto que busca discuti-la como uma Política Pública da atualidade. Para isso, tentamos entender como vinham ocorrendo os processos de in/exclusão desde a Idade Média, destacando alguns fragmentos históricos que podem se constituir como condições de possibilidades para a emergência dos discursos atuais da Inclusão Escolar. A seguir, provocamos o leitor a problematizar questões pertinentes no que se refere a esta política pública que se encontra na ordem discursiva educacional, através de análises de discursos presentes em Projetos Políticos Pedagógicos de escolas públicas do município de Novo Hamburgo/RS.

ALGUNS TRAÇADOS GENEALÓGICOS: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA EMERGÊNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE

Pensar nos discursos da inclusão escolar na atualidade nos remete a evocar o passado, através da análise de alguns modelos de in/exclusão que circulavam no fim do século XVII e início do século XVIII. Talvez possamos entendê-los como algumas das condições de possibilidade para

emergência dos processos de inclusão na contemporaneidade, visto que tais processos estão estritamente articulados com a exclusão^{III}. Para isso, utilizamos os modelos de exclusão e também os de inclusão, que foram muito bem trabalhados por Foucault (2001 e 2006) a partir dos exemplos da Lepra, da Peste e da Varíola. Ele apresenta a lepra vinculada aos processos de exclusão, “de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento” (FOUCAULT, 2001, p.54); e a peste e a varíola aos processos de inclusão, de captura, de um controle político, que, segundo Foucault (2001), inventa as tecnologias positivas de poder.

Os processos de exclusão dos leprosos, que ocorreram durante toda a Idade Média, buscavam afastar os indivíduos que eram declarados leprosos, com o intuito de purificação da comunidade. Esses outros permaneciam isolados, eram retirados do convívio social e enclausurados em quartos escuros ou mesmo afastados da cidade. Isso ocorria, por não haver na época um saber sobre estes sujeitos, sobre suas doenças, suas anomalias. Eram assim, estranhos!

A exclusão da lepra foi uma prática social que comportava primeiro uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não contato entre um indivíduo (ou grupo de indivíduos) e outro. [...] Era a rejeição destes indivíduos num mundo exterior, confuso, fora dos muros da cidade, fora dos limites da comunidade (FOUCAULT, 2001, p.54).

Concomitante a este processo de declaração da lepra e afastamento dos leprosos ocorria, também, a morte simbólica do leproso, pois ninguém mais se interessaria por seu paradeiro, ninguém mais teria contato com ele, ou ficaria esperando seu retorno depois da cura. De fato sua “morte” havia sido consumada através de rituais fúnebres. Portanto, esse processo parece deixar claro aquilo que Foucault (2002 e 2005), ao referir-se do Poder Soberano, chama de fazer morrer e deixar viver. A preocupação era excluir todos aqueles que, de alguma forma, ameaçavam a ordem e a pureza da cidade.

^{III} É importante ressaltar que aqui não se está falando de dois processos distintos e antagônicos. Inclusão/ exclusão fazem parte de uma mesma lógica na qual um ganha sentindo a partir do outro. Encontramos esta discussão em Veiga Neto (2001) e Lunardi (2003).

Ainda no século XVIII e XIX, ganham visibilidade os modelos da inclusão, considerado por Foucault quase tão antigo quanto os processos de exclusão. Ambos apresentavam objetivos bem distintos: enquanto o modelo da exclusão buscava a purificação da cidade, não interessando que fim levaria o leproso; nos processos de inclusão, evidenciados nos modelos da peste e da varíola, trata-se de uma preocupação com a vida dos indivíduos, desenvolvendo assim uma série de mecanismos de gerenciamento da população, de sua saúde e de suas doenças.

O processo de inclusão preocupa-se com a saúde da população, com a prevenção, com sua vida. Para que esse processo causasse seus efeitos, foi preciso estruturar e colocar em ação um aparato de mecanismos e estratégias de controle, vigilância e prevenção desta população, que passam a ser exercido em nossas vidas.

A partir dos modelos da exclusão – lepra – e da inclusão – peste e varíola – podemos perceber formas diferenciadas do exercício do poder numa sociedade. O poder se exerce através de técnicas que não são de fato as mesmas. Apresentam-se aqui distintas tecnologias de poder. Na primeira delas vimos “uma tecnologia de poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime” (FOUCAULT, 2001, p.60). Porém, surge com a peste e a varíola os processos de inclusão, “um poder que é enfim, um poder positivo, um poder que fabrica, que observa, que sabe, um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos”^{IV}, um poder sobre a vida, um poder que se preocupa em gerir e em prevenir a vida de determinada população, em “fazer viver”.

Para explicar a tentativa desse poder de fazer viver e deixar morrer utilizamos dois modelos trabalhados por Foucault em cursos distintos. O primeiro, o modelo da Peste, foi desenvolvido por ele em seu curso “Os Anormais” (2001), caracterizando-o como uma estratégia detalhada e minuciosa de policiamento da cidade. As ações de distribuição, ordenação, vigilância e esquadrinhamento vinculam-se às ações de um poder disciplinar. Um poder voltado para o corpo individual, permitindo “um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram” (FOUCAULT, 2002,

p.144). Um controle que aumenta os efeitos do poder disciplinar, pois nada escapa de sua permanente vigilância, da observação contínua, do ver sem ser visto, do controle das ações e do tempo do indivíduo. Movimentos, ações, olhares controlados para que se corrija o que é necessário, multiplicando o efeito do poder disciplinar.

O segundo, o modelo da Varíola, desenvolvido em seu curso de 1978, “Segurança, Território e População”, vincula-se aos exercícios do que Foucault denominou de biopoder. Um poder massificante atuando no corpo social, gerenciando e defendendo a ordem para o convívio na sociedade. O biopoder desenvolve saberes sobre a população para continuar a *fazer viver*, mas agora no plano coletivo. Aqui não se trata de desenvolver estratégias que atuem no corpo individual do sujeito, como no poder disciplinar, mas sobre um corpo múltiplo, para regulamentação da vida na coletividade, diminuindo os riscos de morte e aumentando a intervenção para intensificação da vida.

Nestes dois modelos reside uma das distinções entre os processos de exclusão e de inclusão. Enquanto, no caso da lepra, os sujeitos eram estranhos à sociedade, e por isso afastados dela; no caso da peste e da varíola, desenvolviam-se saberes sobre estes sujeitos, capturando-os, posicionando-os e classificando-os através da norma. “Não rejeição, mas inclusão” (FOUCAULT, 2001, p.57).

Como se pode perceber, os processos de inclusão trouxeram os estranhos, aqueles outros que por muito tempo foram segregados, excluídos, para perto da população, para fazer parte do convívio social, transformando-os assim em anormais. Toda esta preocupação com os anormais, e o desenvolvimento das estratégias da inclusão, apresenta uma série de interesses sociais que se dirigem tanto à melhoria da vida dos anormais, quanto à segurança do restante da população. Viu-se com o passar do tempo que “não se pode mais controlar pela simples exclusão, pela pura sanção negativa, instalou-se o regime dos saberes, da inclusão” (PINTO, 1999, p. 38). Para incluir aqueles que eram estranhos à sociedade, foi preciso desenvolver saberes sobre eles, sobre suas doenças, desta forma deixavam de ser estranhos para ser enquadrados e posicionados como anormais. Isto permitiu que fossem capturados pela norma que regula, classifica, compara, mas que para isso, precisa antes de tudo

^{IV} Esta adjetivação utilizada por Foucault de poder negativo/positivo, não pode ser confundida em uma qualificação entre bom ou ruim, mas se refere à produtividade do poder. Ele produz corpos, práticas, sujeitos, discursos, etc.

de um saber sobre aquilo ou aquele que ela captura.

A norma, a partir dos processos de regulação sobre o corpo individual e de regulamentação sobre o corpo múltiplo, institui a sociedade de normalização. Desta forma, podemos perceber o quanto o poder disciplinar e o biopoder não se anulam ou se excluem, mas que, pelo contrário, se complementam e se entrecruzam, por meio dos processos normalizadores do sujeito – intervenção individual – e controladores da sociedade – intervenção coletiva. Pode-se afirmar que a inclusão escolar é um dos mecanismos disciplinares e regulamentadores que a escola coloca em funcionamento para o gerenciamento da periculosidade social. Mecanismos disciplinares, porque se preocupam em desenvolver estratégias que se direcionam ao corpo individual dos sujeitos ali incluídos, moldando suas atitudes, comportamentos e condutas sociais. Mecanismos regulamentadores, porque se direcionam aos processos coletivos de uma população, ordenando esses sujeitos para, assim, produzir indivíduos autogovernados que saibam conviver harmonicamente, não se tornando um risco para sociedade. Podemos, portanto, visualizar suas semelhanças com a norma, que é o elemento que vai “circular entre o disciplinar e o regulamentador [...] que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 2005, p. 302). É através da norma da disciplina e da norma da regulamentação que se institui a sociedade da normalização.

Ao mesmo tempo em que esses dois modelos participam da sociedade de normalização, há diferenças entre ambos. Começaremos discutindo sobre a Peste, modelo fortemente vinculado ao poder disciplinar pelas estratégias de distribuição, esquadramento e vigilância que desenvolve. Podemos perceber a cidade em estado de peste era dividida em diferentes distritos, onde cada um era vigiado individualmente. Vigias, inspetores observavam e registravam, de forma permanente, as possíveis ameaças causadas à saúde da cidade, através de diferentes estratégias que colocavam em funcionamento.

[...] todos os dias os inspetores deviam passar diante de cada casa, parar e fazer a chamada. A cada indivíduo era atribuída uma janela à qual devia se mostrar e,

quando chamavam seu nome, ele devia se apresentar nessa janela, estando entendido que se não se apresentava é que estava de cama; e, se estava de cama, é que estava doente; e, se estava doente, é que era perigoso. E, por conseguinte, era necessário intervir (FOUCAULT, 2001, p. 57).

A preocupação destinava-se ao corpo individual, a uma vigilância exaustiva sobre cada morador da cidade com o intuito de gerenciar o risco causado pela peste. Trata-se de incluir para distribuir, para instituir uma rede de olhares, um mecanismo de visibilidade geral, controlando cada um individualmente.

Se durante toda a Idade Média vemos a lepra se proliferar e com isso – como já anunciamos neste texto – temos um sistema de exclusão, que põe para fora, bane e expulsa; no início do século XVIII vemos um processo de reclusão acontecer. Um sistema que se preocupa em capturar, controlar, administrar os perigos da peste.

No entanto, percebendo estes dois modelos fomos levados a pensar em um terceiro que, como anuncia Foucault (2006), é de outra ordem. Não mais preocupado com a exclusão ou com a reclusão. Aqui nos referimos a outro sistema preocupado no estabelecimento de mecanismos de seguridade. Para isso, é necessário regular a população, é necessário observar para que se possa prevenir. Não se refere apenas a uma intervenção individual, como no caso da peste, mas a uma prevenção ao corpo coletivo, a população.

Através dos mecanismos de controle e prevenção da Varíola^V, Foucault (2006) evidencia que, com eles, gerenciamos o risco que tal doença pode trazer à sociedade. Daí porque em início do século XIX a vacinação explode com força na Europa e coloca em funcionamento a seguridade, prevenindo a população.

Pensando em nossos dias, vemos fortemente as campanhas de prevenção da gripe A, como estratégia de controle da população. Antecipando-se ao possível caos que o vírus H1N1 pode causar, criam-se mecanismos de proteção à população: campanhas de prevenção e vacinação largamente veiculadas na mídia, nos hospitais, nos postos de

^V Como sabemos a varíola foi uma enfermidade endêmica de ampla penetração no século XVIII. A vacinação entra em cena para combater a mortalidade que era muito elevada e vinha sendo um problema social.

saúde, nas escolas, nas universidades para que seja possível eliminar ou, pelo menos, diminuir o risco que essa doença produz a sociedade.

Com o exemplo da varíola, anunciado por Foucault, percebemos que há a continuação do sistema disciplinar, porém há outros mecanismos tão importantes que entram em ação na Sociedade de Normalização, agora governando a população. Com isso, o controle sobre a vida se produz de maneira sutil não apenas submetida a mecanismos disciplinares tão óbvios e visíveis, mas também através de estratégias que apelam para a intimidade da consciência dos próprios sujeitos, um lugar tanto menos visível quanto mais eficaz para o controle das condutas.

Até aqui foram descritos os processos de inclusão social, como os exemplos da peste e da varíola. Porém, os processos de inclusão escolar, não apresentam interesses tão distintos, eles também objetivam a vigilância, o controle, a ordem pública e social e a seguridade da população.

Percebe-se que há uma gama de discursos que relacionam a inclusão escolar com o desenvolvimento do respeito, do acolhimento às diversidades e da construção de uma sociedade justa e igualitária. Oferecendo a todos os mesmos direitos e deveres, identificamos a existência de interesses sociais. Esses discursos estão materializados em projetos políticos pedagógicos de escolas públicas de Novo Hamburgo/RS que assumem a inclusão como proposta educacional.

A escola [...] tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, **busca-se reconhecimento e valorização da diversidade** como elemento intrínseco e enriquecedor do processo escolar e a garantia de acesso e permanência na escola (Projeto Político Pedagógico da ESCOLA D, 2005, p. 16)^{VI}.

Destacamos do excerto acima o ar de acolhimento presente nos discursos da inclusão escolar. Parece que existe a necessidade de pagar uma dívida com estes outros que por tantos anos foram marginalizados, segregados e excluídos do convívio social. Então, numa ação de

benevolência para com esses outros, criamos a escola inclusiva para que eles possam ter a oportunidade de conviver conosco, os normais.

[...] por estarem na “mesma cidade”, estão num ambiente comum e, por isso, têm de apreender a viver minimamente se tolerando, em cooperação mútua e sem se banalizarem. Este talvez seja o sentido mais radical da escola moderna (VEIGANETO, 2003, p. 105).

Assim, acreditamos que os processos de inclusão, mesmo que, por vezes, possam parecer repletos de intencionalidades benevolentes, apresentam uma função que se direciona muito mais para a organização da sociedade. A inclusão foi/é uma invenção que objetiva colocar a sociedade em ordem, civilizar, disciplinar, autogovernar.

Como destacamos anteriormente, entendemos a inclusão como um mecanismo de segurança da população e tem por função capturar todos os sujeitos, sejam eles negros, brancos, índios, homens, mulheres, normais ou anormais. Ao mesmo tempo em que se capturam os anormais para normalizá-los, e os selvagens para civilizá-los, capturam-se também os normais e civilizados para sensibilizá-los através do convívio com o anormal. Portanto, se a escola ensina regras de conduta e de comportamento, para uns, ensina também valores de respeito e aceitação, para outros, como podemos visualizar nos excertos a seguir:

A escola é ou deve ser **um espaço de superação dos preconceitos e combate às atitudes discriminatórias** (ESCOLA D, 2005, p. 14).

[...] por ser um dos lugares onde são **ensinadas regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença** (ESCOLA B, 2002, p. 20).

[...] há a necessidade de fazer todo um trabalho voltado para **resgatar valores (regras e limites)** (Escola A, 2005, p. 12).

Neste sentido, pode-se afirmar que a inclusão constitui-se em um gerenciamento do risco social, e a escola em um aparelho moderno que disciplina os sujeitos para que possam, no futuro, conviver harmonicamente em sociedade e tornarem-se sujeitos úteis e produtivos para o mercado capitalista.

^{VI} Todos os grifos usados nas citações extraídas dos documentos analisados são nossos. Tais citações foram colocadas em itálico para destacar das demais citações utilizadas no trabalho.

A partir deste discurso de respeito, aceitação e acolhimento às diversidades e com o intuito de desenvolver uma sociedade justa e igualitária para todos, organizaram-se as políticas de inclusão que atualmente vem ganhando espaço e legitimidade através dos documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação. A estruturação de tais políticas inclusivas percorreu um amplo caminho de discussões, debates e estudos referente à temática da inclusão, que materializam suas ideias e propostas em diferentes documentos oficiais.

Em nossa sociedade, podemos perceber o quanto os discursos da Inclusão e da Igualdade se configuram, em estratégias disciplinadoras e regulamentadoras. Não há somente uma tecnologia disciplinar operando sobre o corpo individual do incluído, mas há também uma operação sobre o corpo social, sobre o homem-espécie, sobre a população. Por isso, entendemos que a Inclusão de todos na escola torna-se um mecanismo de gerenciamento do risco social, causado pela anormalidade. Esse risco é produzido a partir da não utilidade e não produtividade dos corpos anormais. Assim como a loucura e a criminalidade, a anormalidade, “estava ligada às más condições de vida (superpopulação, promiscuidade, alcoolismo) ou era percebida como fonte de perigos (para si mesmo e para os demais)” (LUNARDI, 2003, p. 92). A tecnologia do biopoder torna-se uma tecnologia de gerenciamento do risco social, direcionando ações que resguardecam a vida da população.

Voltada para um corpo múltiplo, essa nova tecnologia busca a organização, o gerenciamento e o controle da população. Regulamentação, prevenção e cuidado são as preocupações da atual sociedade na busca de garantir a vida em coletividade. Por isso, a preocupação agora não é somente com o controle das epidemias que acometiam a sociedade, produzindo inúmeras mortes. As forças são agora canalizadas também para endemias, aquelas “doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais freqüente, mas como fatores permanentes” (FOUCAULT, 2005, p.290). Pensemos nos incluídos então: esses indivíduos não constituiriam uma espécie de endemia, já que para eles não há cura? Diferenças que não podem estar simplesmente soltas no mundo, mas que é preciso controlá-las para que não gerem ameaças à regularidade da população, em seus modos de ser e conviver.

O discurso da inclusão torna-se um projeto de proteção e ordem, como um projeto de defesa social (FOUCAULT, 2001). O projeto de defesa social cria diferentes estratégias de proteção/controle ao perigo: a psiquiatria, a justiça e por que não dizermos também que a Educação está a serviço desse projeto, como uma das estratégias para normalizar o sujeito incorrigível. O discurso da Inclusão, aproximando o anormal do convívio com os normais, torna-se mais um mecanismo de proteção em defesa da sociedade, em busca de um mundo onde todos tenham o seu lugar.

Além dos campos mais tradicionais da psicanálise e da psiquiatria, há uma infinidade de outras técnicas dirigidas à moldagem da subjetividade, orientadas pelas mais diversas teorias e dirigidas para os aspectos mais variados do comportamento humano. O ser contemporâneo é, sem dúvida, um objeto sitiado por tecnologias do eu que vão da religião até as formas mais “científicas” de regulação da conduta. A educação é, obviamente, um campo privilegiado de atuação dos especialistas nessas variadas formas de descrição, análise e gerenciamento do corpo e da alma (SILVA, 1999, p.12) [grifo do autor].

O que entendemos desses discursos é bem mais que uma ativação pela igualdade de todos, mas uma ordem que “funciona essencialmente como defesa social” (FOUCAULT, 2001, p.404). Sem dúvida, a Modernidade trouxe as possibilidades para proliferação dos discursos sobre a Inclusão. Hoje os portadores de necessidades especiais não são jogados na fogueira, não são sumariamente barrados do convívio social. O processo de inclusão é evidente. No entanto, diferentemente de *uma bandeira de todos os brasileiros*, percebemos uma tentativa incessante de defesa social, para que seja possível a inclusão domesticada de todas as diferenças. Um movimento de civilização de todas as forças que fujam aos modos convencionais de saber e conviver prescritos pela moral moderna.

Com isso, queremos dizer que essas duas tecnologias que consolidam a Sociedade de Normalização se complementam: estratégias de normalização do anormal, através de uma intervenção individual no corpo do sujeito; e estratégias de controle social, intervenções

coletivas que buscam minimizar o risco social, por meio de mecanismos de segurança coletiva. Parece ser importante entendermos que esse projeto, de forma alguma, busca a exclusão dos anormais. Muito pelo contrário! A proposta aqui é incluí-los cada vez mais nessa sociedade, através das tecnologias disciplinares e biopolíticas.

Talvez essas percepções acerca do funcionamento destas tecnologias de poder através dos processos de inclusão não nos tragam nortes orientadores para o desenvolvimento de nossas práticas pedagógicas. Porém, como já sabemos, esta não é a intenção deste artigo. Pensamos que antes de produzir respostas prescritivas a partir das análises aqui desenvolvidas, esse estudo tem a intenção de suscitar outras questões, outras perguntas.

Com isso, pretendemos, no decorrer desse texto, travar uma conversa com o leitor, provocando irrupções no pensamento, colocando sob suspeita as metanarrativas produzidas pelo discurso da inclusão escolar. Se é verdade que, no decorrer destas páginas conseguimos estabelecer uma conversa, talvez este seja o momento dela modificar seu rumo, tomar uma outra direção, orientada por questionamentos que já não são de modo algum os mesmos.

[...] o valor de uma conversa não está no fato de que ao final se chegue ou não a um acordo [...] pelo contrário, uma conversa está cheia de diferenças e a arte da conversa consiste em sustentar a tensão entre as diferenças [...] mantendo-as e não dissolvendo-as... e mantendo também as dúvidas, as perplexidades, as interrogações [...] e isso é o que a faz interessante... por isso, em uma conversa, não existe nunca a última palavra [...] por isso uma conversa não termina, simplesmente se interrompe [...] e muda para outra coisa [...] (LARROSA, 2003, p. 212)

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio e Población*: curso en el Collège de France: 1977 – 1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- _____. *Em defesa da Sociedade*: curso no Collège de France: 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 25ª ed. Editora Vozes, 2002.
- _____. *Os Anormais*: curso no Collège de France: 1974 – 1975. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LARROSA, Jorge. A arte da conversa (Posfácio). In: SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (Improvável) da diferença*: E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LUNARDI, Márcia Lise. *A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial*. Porto Alegre: 2003. 198 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS, 2003.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.1, n. 1 p 33 - 56, Jul./dez. 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. As pedagogias psi e o governo do eu. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs). *Habitantes de Babel*: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Recebido: 10/04/2009

Aceito: 10/07/2009

Endereço para correspondência: Kamila Lockmann <kamila.l@terra.com.br>

Endereço para correspondência: Paula Corrêa Henning <paula.henning@ig.com.br>